PLANO DE ATIVIDADES

2019

REPÚBLICA PORTUGUESA | AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

d.gTerritório
Direção-Geral do Território

Ficha Técnica

Título

PLANO DE ATIVIDADES DGT 2019

Coleção

Documentos anuais de gestão

Coordenação, edição e tratamento de dados

Direção de Serviços de Planeamento, Relações Institucionais, Comunicação e Apoio

© DGT 2018

Direção-Geral do Território

Rua da Artilharia Um, n.º 107 | 1099-052 Lisboa | www.dgterritorio.pt

ÍNDICE

I . QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ATIVIDADE EM 2019 4

1. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA DGT 10

1.1. ENQUADRAMENTO E SUA NATUREZA, MISSÃO E ATRIBUIÇÕES 10

1.2. ESTRUTURA DA DGT 13

2. OBJETIVOS DA DGT PARA 2019 19

2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 19

2.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS 20

2.3. QUAR - QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2019 24

3. RECURSOS 26

3.1. RECURSOS HUMANOS 26

3.2. RECURSOS FINANCEIROS 28

4. IGUALDADE DE GÉNERO, CIDADANIA E NÃO DISCRIMINAÇÃO 30

5. REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS 31

6. PLANO DE FORMAÇÃO 35

7. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL 36

II. PROJETOS e ATIVIDADES 2019 37

ANEXO I – Plano de Formação | Quadro Resumo 49

I. QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ATIVIDADE EM 2019

O Plano de Atividades da Direção-Geral do Território para 2019 constitui o instrumento de gestão interna de referência para o desenvolvimento de projetos e atividades ao longo do ano e para o estabelecimento de resultados a atingir pela instituição e pelos seus dirigentes e trabalhadores, dando cumprimento ao legalmente estabelecido.

O Plano de Atividades 2019 resultou de um processo de reflexão interna que contou com a participação dos dirigentes e trabalhadores. O processo de reflexão foi organizado em três sessões temáticas - Ordenamento do Território, Cidades e Paisagem; Geodesia, Cartografia e Informação Geográfica; Cadastro - nas quais foi apresentado o quadro de recursos humanos, financeiros e materiais do próximo ano, efetuado o balanço do desempenho da DGT em 2018 e debatidos os principais projetos e atividades para 2019. Este processo culminou numa sessão geral de apresentação deste Plano de Atividades, que consubstancia uma visão integrada e seletiva de projetos a prosseguir pela DGT.

Os projetos constantes do Plano de Atividades foram definidos em consonância com a missão e atribuições da DGT, estabelecidas pelo Decreto-Lei 30/2012, de 13 de março, com as obrigações do quadro legal e regulamentar aplicável, com orientações específicas de gestão e execução das políticas públicas dos domínios de competência e atividade desta Direção-Geral e com a visão e estratégia construída pela DGT para o desempenho da sua missão e tiveram em consideração o quadro de recursos humanos, orçamentais e materiais e perspetivado.

No quadro da missão e atribuições orgânicas, o Plano de Atividades 2019 visa responder ao conjunto de incumbências específicas determinadas por via legal e tutelar e alinhar a prestação desta entidade com os referenciais estratégicos enquadradores das áreas de política pública em que intervém.

O ciclo anual de gestão e o sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho de trabalhadores e dirigentes serão orientados para o desenvolvimento e concretização do Plano de Atividades e do Quadro de Avaliação e Responsabilização da DGT.

O Plano de Atividades de 2019, sendo, naturalmente, focado no ano a que respeita, é contextualizado por uma perspetiva estratégica plurianual que permite identificar como de especial relevância os seguintes projetos:

O acompanhamento da aprovação da revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), pela Assembleia da República e o início da implementação dos compromissos, medidas e diretrizes de política consagradas neste Programa constitui um dos objetivos mais relevantes em matéria de ordenamento do território a prosseguir em 2019. Também a promoção do alinhamento dos referenciais estratégicos e operacionais da programação de fundos comunitários do ciclo 2030 e da lista de projetos estruturantes a constar do Programa Nacional de Investimento 2030, com o PNPOT, é um objetivo importante a prosseguir no âmbito da cooperação nacional e europeia e do Conselho Superior de Obras Públicas.

Reforçado pelas orientações do PNPOT, salienta-se o objetivo de constituição e entrada em funcionamento do Observatório do Ordenamento do Território em 2019, dando corpo a iniciativas e expetativas anteriores nunca concretizadas mas da maior importância para a monitorização e avaliação das políticas de ordenamento do território, cidades e paisagem, ao nível nacional e para a articulação com outros níveis de decisão e ação.

Como primeiro produto do Observatório impõe-se o Relatório do Estado do Ordenamento do Território Nacional (REOT), visando dar início à produção regular de relatórios de monitorização das dinâmicas territoriais e de governança territorial e de monitorização do sistema de gestão territorial e da implementação do PNPOT. Pretende-se com este projeto colmatar uma lacuna persistente no domínio da monitorização e avaliação do sistema e dos instrumentos de gestão territorial e da política de ordenamento do território.

No quadro da política de cidades, a continuação da dinamização e gestão do Programa URBACT, na senda dos bons resultados alcançados, a promoção do Fórum da Cidades e o lançamento da Iniciativa Nacional Cidades Circulares são os projetos mais relevantes e prioritários a prosseguir pela DGT em 2019, prevendo-se também prosseguir a monitorização

das politicas de desenvolvimento urbano sustentável, no quadro do Observatório do Ordenamento do Território.

De relevar a iniciativa de apresentação em 2019 de uma candidatura portuguesa ao Prémio Europeu da Paisagem, na sequência do concurso de seleção interna realizado em 2018 e de desenvolver um trabalho de identificação e disseminação de projetos e boas práticas no âmbito da Política de Paisagem, em linha com as orientações do PNPOT. Releva, igualmente, o desenvolvimento de um projeto inovador de planeamento-ação - Plano de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra, em Monchique e Silves - que visa promover o ordenamento e o desenvolvimento territorial e a resiliência aos incêndios rurais, através da gestão da paisagem e da remuneração dos serviços dos ecossistemas, com potencial de replicação.

A conclusão do desenvolvimento, iniciado em 2018, dos projetos de modernização de dois grandes sistemas de informação geográfica e territorial da responsabilidade da DGT - o SNIG e o SNIT – bem como a melhoria da operacionalização e da integração das várias plataformas colaborativas e de gestão da informação que os complementam, são também objetivos de grande relevância em 2019. Estes projetos visam a melhoria das funcionalidades externas e uma maior eficiência de meios e de recursos humanos, técnicos, tecnológicos e financeiros, com o objetivo de melhorar a prestação de serviços de dados, de informação e de conhecimento às instituições públicas e privadas e aos cidadãos, em alinhamento com as diretivas de promoção da disponibilização e acesso público à informação geográfica, de digitalização da sociedade e da economia e de desmaterialização, simplificação de procedimentos e modernização administrativa.

No âmbito das plataformas de suporte ao SNIG serão desenvolvidos projetos de reforço da implementação da Diretiva Inspire, em parceria com a rede de entidades que integram o Conselho Orientador do SNIG, no sentido do incremento significativo do número de serviços, sobretudo, de descarregamento de informação.

No referente às plataformas de gestão da informação de suporte do SNIT destaca-se a operacionalização da plataforma de submissão eletrónica intervencionada em 2018, que irá suportar a melhoraria do processo de submissão, para publicação em Diário da República, de peças gráficas dos Instrumentos de Gestão Territorial e ampliá-lo a outras peças gráficas publicadas relativas a Servidões e Restrições de Utilidade Pública com expressão territorial e às Áreas de Reabilitação Urbana, melhorando a disponibilização pública, em tempo e em boas

condições de visualização, legibilidade e utilização, da informação georreferenciada publicada e contribuir para uma política de dados geográficos abertos.

Ainda no que se refere ao suporte do SNIT, prevê-se ultrapassar o passivo de desatualização da Carta do Regime de Uso do Solo, atualizando-a e construindo processos mais automáticos e imediatos de evolução deste produto, a par com a dinâmica dos planos territoriais, bem como passar a disponibilizar informação gráfica sistematizada a nível nacional sobre a Reserva Agrícola Nacional e outras condicionantes ao uso do solo, em execução dos protocolos de colaboração entre entidades celebrados em 2018.

No quadro dos sistemas de informação, releva, também, o início do projeto de reconfiguração e operacionalização do Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC) em consonância com Balcão Único do Prédio e com o futuro regime jurídico do Cadastro Predial, cuja entrada em produção é fundamental para uma melhoria da gestão e disponibilização de informação cadastral bem como para o desenvolvimento e concretização da interoperabilidade entre sistemas de informação que permita associar a configuração geométrica, as inscrições do registo e as matrizes prediais.

Neste contexto é crucial a elaboração de uma proposta de revisão do regime jurídico do cadastro predial, consentâneo com a necessidade de conservar o cadastro predial em vigor nos concelhos de Oliveira do Hospital e Seia, resultantes das operações concluídas em 2018 e sobretudo de estruturar e organizar o sistema de Cadastro Predial para o futuro.

Na perspetiva do futuro regime jurídico e tendo presentes as necessidades atuais de conservação do cadastro, a DGT perspetiva, para o início de 2019, a plena operacionalização do Sistema de Registo e Credenciação de Técnicos de Cadastro Predial desenvolvido em 2018.

Para alimentação do futuro SNIC é também importante o projeto de desmaterialização e reestruturação dos dados do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica, nomeadamente a vectorização dos prédios cadastrados e a atualização dos mesmos com os processos de reclamação administrativa.

Mas no domínio do cadastro, no ano de 2019, aponta-se como objetivo central a conclusão faseada das operações de execução do cadastro predial do regime experimental SINERGIC, com a entrada em vigor do cadastro dos concelhos de S. Brás de Alportel, Loulé e Tavira e a conclusão de trabalhos em Paredes e Penafiel.

No domínio da cartografia, em 2019, releva particularmente a prova de conceito das especificações técnicas para a produção de cartografia topográfica, pelas inerências e efeitos que têm na atividade da DGT e das demais entidades públicas e privadas que participam na produção de cartografia em Portugal. Complementarmente o desenvolvimento da Base de Dados Nacional de Cartografia é um projeto da maior relevância para concretização do objetivo de cobertura nacional de cartografia topográfica 1:10.000.

Releva igualmente em 2019, a produção e disponibilização dos ortofotomapas de 2018 e a produção da Carta de Ocupação do Solo - COS 2018, garantindo-se a produção regular de um produto de cartografia temática da responsabilidade da DGT que se posiciona como fundamental para o conhecimento das dinâmicas territoriais e para a compreensão dos efeitos territoriais de políticas públicas que influenciam as dinâmicas de uso e ocupação do solo. Perspetivando-se, também para 2019, o desenvolvimento de novas metodologias de deteção remota a partir de imagens de satélite do Programa Copernicus, introduzindo inovação na produção da COS.

Salientam-se os projetos de investigação que complementam o trabalho das áreas técnicas, contribuem para a inovação nas respostas das políticas públicas a novas problemáticas e desafios societais e reforçam a posição da DGT como centro de competências específicas nos domínios do ordenamento do território e urbanismo, cidades e paisagem, geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica. Em 2019 os investigadores darão continuidade aos trabalhos de investigação e de desenvolvimento experimental e aplicado em matérias de interesse da DGT, no âmbito de projetos de investigação nacionais e europeus, e de transferência de conhecimento no âmbito de atividades desenvolvidos em articulação com o corpo técnico das unidades orgânicas.

Relevam-se como áreas de investigação em 2019 a produção cartografia do uso e ocupação do solo a partir de dados de satélites e de outros dados de observação da terra, as infraestruturas de informação geográfica, as tecnologias e sistemas de informação geográfica, a análise espacial e a modelação de estruturas ecológicas e de estruturas de povoamento e de aglomeração urbana, a análise da vulnerabilidade à perda de solo, a vulnerabilidade territorial aos incêndios rurais, e a produção de indicadores de sustentabilidade e de informação geográfica voluntária.

Por último entende-se com prioritário e estratégico o desenvolvimento de projetos de gestão interna da DGT, em particular nos domínios da produção e disponibilização de informação de gestão e da melhoria da comunicação que podem melhorar o desempenho interno e contribuir para uma melhor prestação de serviço. Destaca-se, neste âmbito o projeto do novo Portal da DGT em articulação com o SNIG, SNIT e SNIC.

No quadro do esforço de modernização administrativa evidencia-se o projeto DIPIGEO – Desmaterialização, Interoperabilidade e Partilha de Informação Geográfica", financiado pelo Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, cuja reprogramação física, financeira e temporal concretizada em 2018 permitiu ajustar o financiamento às prioridades estratégicas da DGT e aos recursos nacionais disponíveis.

A formação profissional é reconhecidamente estratégica para o desenvolvimento de uma organização, ajudando a potenciar o desempenho de cada elemento de uma equipa através da aprendizagem de novos conteúdos e de novas ferramentas de trabalho.

O Plano de Formação da DGT para 2019 foi elaborado com base no diagnóstico efetuado junto dos trabalhadores e dos respetivos dirigentes das diversas Unidades Orgânicas, consubstanciando-se como um referencial ajustado aos/às trabalhadores/as e às suas funções, e devidamente alinhado com os objetivos desta Direção-Geral, tendo, contudo, em conta as limitações orçamentais existentes.

A DGT procurará beneficiar da oferta formativa dos demais serviços e organismos do Ministério do Ambiente e da Transição Energética, e de outros organismos ou serviços da Administração Pública numa ótica de economia de recursos e eficiência dos processos subjacentes à inscrição de formandos bem como de prospeção de necessidades formativas.

Esta prática tem permitido garantir a realização de ações de formação que de outra forma não aconteceria por falta de recursos financeiros para a sua realização.

1. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA DGT

1.1. ENQUADRAMENTO E SUA NATUREZA, MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

ENQUADRAMENTO

A Direção-Geral do Território, abreviadamente designada por DGT, foi criada pela Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, através do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, tendo a sua orgânica sido aprovada pelo Decreto-Regulamentar nº 30/2012, de 13 de março.

Através do Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto, a estrutura orgânica da DGT foi alterada, por forma a prever a prestação centralizada de serviços comuns aos serviços da administração direta então integrados no Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

A estrutura nuclear da DGT, bem como as competências das diversas unidades orgânicas nucleares encontra-se plasmada na Portaria n.º 265/2015, de 31 de agosto.

Atualmente a DGT encontra-se na tutela do Ministério do Ambiente e da Transição Energética, dependendo da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza.

NATUREZA

A DGT, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, sendo um serviço central integrado na administração direta do Estado, no âmbito do Ministério do Ambiente (Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro), dotado de autonomia administrativa (Decreto

Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto).

Missão

A DGT é o organismo público nacional ao qual incumbe prosseguir as políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo, no respeito pelos fins, princípios gerais e objetivos consagrados na respetiva Lei de Bases, zelar pela consolidação do sistema de gestão territorial e pela aplicação e atualização do quadro legal e regulamentar que o suporta, promover e apoiar as boas práticas de gestão territorial e desenvolver e difundir orientações e critérios técnicos que assegurem uma adequada organização, valorização e utilização do território nacional, bem como a criação e manutenção das bases de dados geográficos de referência, nomeadamente do Sistema Nacional de Informação Geográfica, do Sistema Nacional de Informação Territorial e do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral, e ainda a manutenção da rede geodésica nacional e a produção de cartografia nacional de referência.

Principais Atribuições

Destacam-se as seguintes:

1.	Participar na definição das Políticas públicas de Ordenamento do Território e do Urbanismo, acompanhando a sua formulação, execução e promovendo a sua avaliação;
2.	Apoiar a definição e prossecução da política de cidades
3.	Assegurar a execução da política nacional de cadastro
4.	Promover a cobertura cartográfica do território
5.	Assegurar a manutenção e o aperfeiçoamento do referencial geodésico nacional
6.	Desenvolver, em conformidade com a diretiva INSPIRE, a infraestrutura nacional de informação geográfica
7.	Criar e conservar as infraestruturas de informação geográficas associadas ao cadastro e ao ordenamento do território
8.	Promover a disseminação de boas práticas de gestão territorial
9.	Promover atividades de investigação e desenvolvimento na área da informação geográfica, ordenamento do território e urbanismo

Para além das atribuições definidas na sua Lei Orgânica, a DGT participa em comités, comissões e grupos de trabalho relacionados com informação geográfica, ordenamento do

território e urbanismo, permanentes e conjunturais, nacionais e internacionais em representação do Ministério de tutela ou do Estado Português.

1.2. ESTRUTURA DA DGT

A DGT é dirigida por uma diretora-geral, coadjuvada por três subdiretores-gerais, os quais exercem as competências que lhes forem delegadas ou subdelegadas.

A DGT estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:

a) Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT);

b) Direção de Serviços de Informação Cadastral (DSIC);

c) Direção de Serviços de Geodesia, Cartografia e Informação Geográfica (DSGCIG);

d) Direção de Serviços de Planeamento, Relações Institucionais, Comunicação e Apoio (DSPRI);

e) Divisão de Regulação e Assessoria Jurídica (DRAJ);

f) Divisão de Gestão de Recursos Informáticos (DGRI).

As Delegações Regionais, previstas no artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 março, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto, e no n.º 7 da Portaria n.º 265/2015, de 31 de agosto, são unidades flexíveis, em número de cinco, com competências no âmbito das atribuições da DGT, que prestam apoio às unidades orgânicas, quando solicitado:

a) Delegação Regional do Norte, com sede em Santa Maria da Feira, e com um pólo em Mirandela;

b) Delegação Regional do Centro, com sede em Castelo Branco e um pólo em Condeixa-a-Nova;

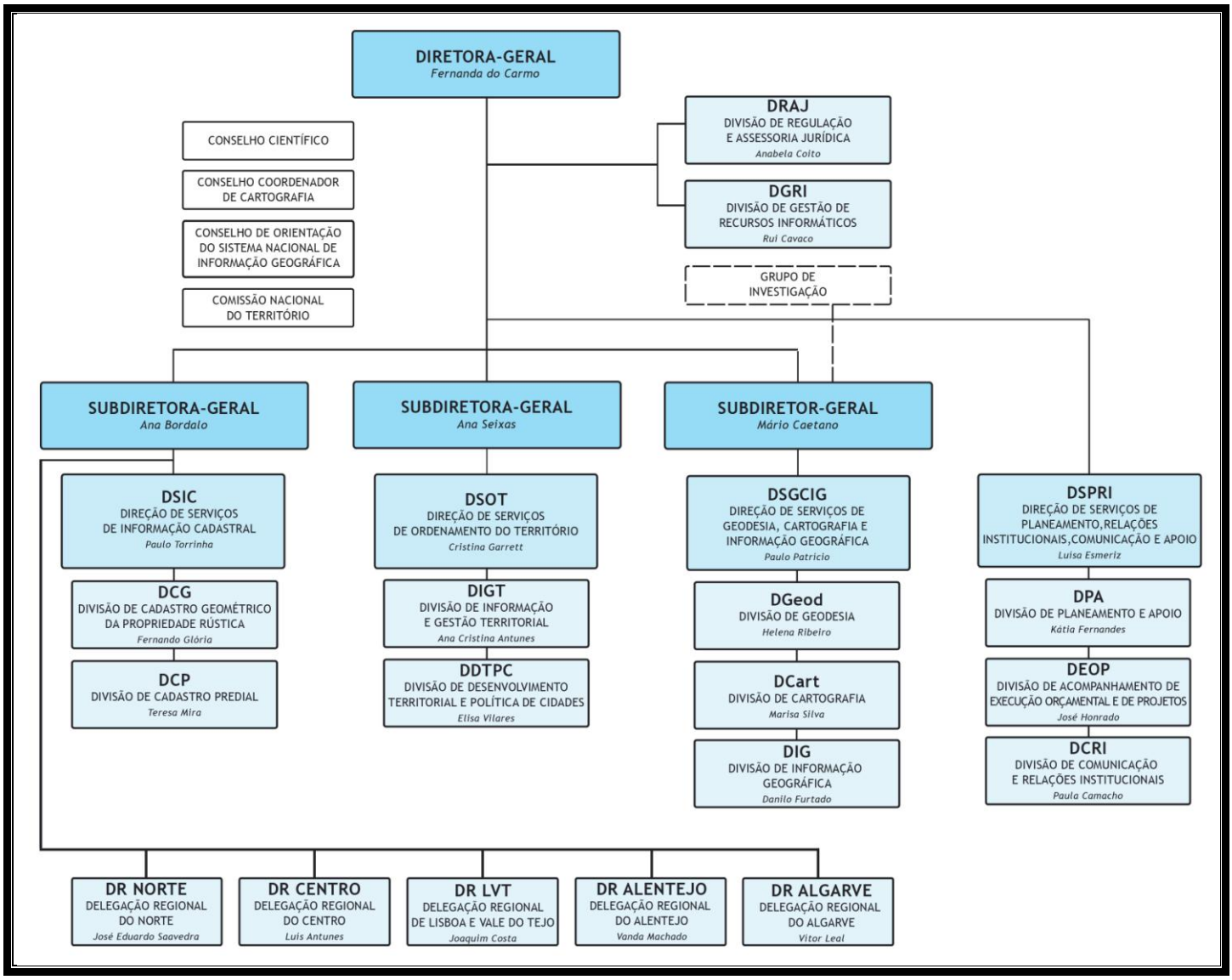
c) Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com sede em Santarém;

d) Delegação Regional do Alentejo, com sede em Beja;

e) Delegação Regional do Algarve, com sede em Faro e um posto de atendimento em Portimão.

O Conselho Científico da DGT é um órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação e nas tomadas de decisão da diretora-geral no que se refere à atividade científica da DGT. Esta atividade é assegurada por um grupo de investigadores, funcionalmente dependentes da direção da DGT.

ORGANOGRAMA DA DGT



Junto da DGT funcionam a Comissão Nacional do Território, o Conselho Coordenador de Cartografia e o Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica:

- ### Comissão Nacional do Território

A Comissão Nacional do Território (CNT) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, com a atribuição de coordenar a execução da política nacional do ordenamento do território, sustentada em indicadores qualitativos e quantitativos dos instrumentos de gestão territorial, restrições de utilidade pública e servidões administrativas.

A CNT funciona na dependência do membro do Governo responsável pela área do ordenamento do território, competindo-lhe:

1. Acompanhar a aplicação e o desenvolvimento do disposto na lei de bases de política pública de solos, do ordenamento do território e urbanismo;
2. Emitir pareceres e recomendações sobre questões relativas ao ordenamento do território, por sua iniciativa ou a solicitação do membro do Governo responsável pela área do ordenamento do território;
3. Acompanhar e monitorizar a elaboração do relatório nacional sobre o estado do ordenamento do território;
4. Recomendar a elaboração, alteração ou revisão dos relatórios periódicos de avaliação sobre o desenvolvimento das orientações fundamentais do programa nacional da política de ordenamento do território, em especial sobre a articulação das estratégias setoriais;
5. Apresentar à DGT propostas de elaboração de normas técnicas e procedimentos uniformes para todo o território nacional a aplicar pelos organismos com responsabilidades e competências em matéria de ordenamento do território;
6. Apresentar à DGT propostas de elaboração de manuais técnicos de boas práticas em política de ordenamento do território;
7. Publicar os relatórios, pareceres ou quaisquer outros trabalhos emitidos ou realizados no âmbito das suas competências;
8. As demais competências previstas no decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que procede à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

No âmbito da REN, a CNT sucede nas atribuições da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional, bem como em todas as posições jurídicas assumidas por esta.

- Conselho Coordenador de Cartografia

O Conselho Coordenador de Cartografia (CCC) é o órgão de coordenação da atividade dos organismos e serviços públicos legalmente competentes para produzir cartografia.

O CCC foi criado e é regulado pelo Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 52/96, de 18 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 59/2002, de 15 de março, pelo Decreto-Lei n.º 202/2007, de 25 de maio e pelo Decreto- Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro.

- Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica

O Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica (CO-SNIG) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, com vista a assegurar a coordenação estratégica do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG). O Decreto-Lei n.º 84/2015, de 21 de maio, procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, modificando a composição do CO-SNIG.

A 16 de março de 2017 foi publicado o Decreto-Lei n.º 29/2017, que constitui a terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 180/2009, 7 de agosto.

Esta última alteração legislativa teve por objetivo dar cumprimento às observações que foram aduzidas pela Comissão Europeia e, assim, colmatar algumas lacunas e deficiências verificadas na transposição da Diretiva 2007/2/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de março de 2007, mais conhecida por Diretiva INSPIRE.

Este Conselho tem intervenção em diferentes aspetos associados ao desenvolvimento do SNIG, como por exemplo, a aprovação das orientações estratégicas e dos objetivos gerais do SNIG, a promoção da boa articulação entre os membros da rede do SNIG e a apreciação de eventuais situações de divergência de interesses.

Em resultado da última alteração efetuada ao Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, através do Decreto-Lei n.º 29/2017, de 16 de março, o CO-SNIG passou a incluir todas as entidades com responsabilidades identificadas na produção de informação geográfica, ficando mais participado e plural, prevendo-se ainda que entidades agora não integradas o possam vir a ser no futuro, nomeadamente aquelas que venham a adquirir responsabilidades na produção de informação geográfica.

2. OBJETIVOS DA DGT PARA 2019

2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1	Colaborar na formulação e assegurar o acompanhamento, monitorização e avaliação das políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo, geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica.
2	Assegurar a execução da política nacional de cadastro.
3	Assegurar a execução das políticas nacionais de ordenamento do território e de urbanismo, geodesia, cartografia e informação geográfica, incluindo a criação e gestão de infraestruturas de informação geográfica.
4	Promover a investigação, a disseminação de boas práticas e a produção e difusão de orientações técnicas nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo e da geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica e regular o exercício das atividades de cartografia e cadastro.
5	Promover a eficiência e eficácia na organização e funcionamento da DGT.

2.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS

Os objetivos operacionais a prosseguir pela DGT foram definidos com base nos objetivos estratégicos e enquadram os projetos e atividades a desenvolver ao longo do ano pelo conjunto das unidades orgânicas.

A definição dos objetivos operacionais e dos respetivos projetos e atividades formam o referencial do estabelecimento de objetivos de desempenho da DGT e das suas unidades orgânicas, bem como dos objetivos de desempenho individuais dos seus dirigentes e dos trabalhadores.

1 OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE1

OOp *n*	Descrição
OOp 1.1	Colaborar na elaboração de legislação e regulamentação e de estratégias nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo, geodesia, cartografia, cadastro e a informação geográfica
OOp 1.2	Acompanhar a aprovação e promover a implementação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e a criação do sistema de acompanhamento, monitorização e avaliação
OOp 1.3	Observar as dinâmicas territoriais e assegurar o acompanhamento, monitorização e avaliação do sistema de gestão territorial e de políticas territoriais
OOp 1.4	Colaborar na definição da política de cidades e assegurar o acompanhamento, monitorização e avaliação da Estratégia Cidades Sustentáveis 2020
OOp 1.5	Coordenar as políticas de ordenamento do território, urbanismo, cidades, paisagem, geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica e promover a articulação da política de ordenamento do território com as políticas setoriais e de desenvolvimento regional
OOp 1.6	Assegurar a cooperação multinível

2 Objetivos Operacionais do OE2

OOp *n*	Descrição
OOp 2.1	Assegurar a operacionalização, desenvolvimento e gestão do Sistema Nacional de Informação Cadastral
OOp 2.2	Concluir as operações de execução do cadastro predial nos concelhos Loulé, Tavira, Oliveira do Hospital, Paredes, Penafiel, S. Brás de Alportel, Seia e Tavira
OOp 2.3	Promover a conservação e gestão do cadastro geométrico da propriedade rústica

3 Objetivos Operacionais do OE3

OOp *n*	Descrição
OOp 3.1	Intervir, nos termos da lei, em procedimentos de gestão territorial relativos a medidas de política de solos, avaliação ambiental e acompanhamento e depósito dos instrumentos de gestão territorial
OOp 3.2	Promover, em coordenação com outras entidades, a produção cartográfica de base e temática do território nacional
OOp 3.3	Assegurar a conservação da Carta Administrativa Oficial de Portugal
OOp 3.4	Assegurar a manutenção e aperfeiçoamento do referencial geodésico nacional
OOp 3.5	Assegurar o desenvolvimento e gestão do Sistema Nacional de Informação Territorial, de plataformas colaborativas e do Sistema Nacional de Informação Geográfica
OOp 3.6	Assegurar, em coordenação com outras entidades, a implementação da Diretiva INSPIRE e promover a criação de bases de dados espaciais e serviços de informação geográfica
OOp 3.7	Participar em programas e projetos de produção e gestão de informação geográfica e de promoção do desenvolvimento territorial e urbano

4 Objetivos Operacionais do OE4

OOp *n*	Descrição
OOp 4.1	Promover e desenvolver programas e projetos de investigação científica e desenvolvimento experimental, nos domínios do ordenamento do território, urbanismo, cidades, paisagem, geodesia, cartografia, cadastro, informação geográfica
OOp 4.2	Promover projetos de planeamento /ação inovadores e projetos demonstradores de boas práticas nos domínios do ordenamento do território, urbanismo, cidades, paisagem, geodesia, cartografia, cadastro, informação geográfica
OOp 4.3	Elaborar normas técnicas nacionais nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo, geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica e disseminar boas práticas
OOp 4.4	Regular o exercício das atividades de geodesia, cartografia e cadastro

5 Objetivos Operacionais do OE5

OOp *n*	Descrição
OOp 5.1	Reforçar as atividades de programação, gestão e controlo da execução e de segurança dos sistemas de informação e dos procedimentos administrativos
OOp 5.2	Desenvolver o sistema de gestão documental e o portal da DGT e reorganizar e desmaterializar circuitos e procedimentos internos e externos
OOp 5.3	Modernizar e otimizar a infraestrutura física e tecnológica de suporte ao funcionamento da DGT
OOp 5.4	Desenvolver e comercializar produtos e serviços, prestar formação e apoio técnico e realizar eventos nos domínios de atribuição da DGT
OOp 5.5	Capacitar os recursos humanos da DGT para o exercício eficiente, competente e atualizado da missão institucional

A relação entre os objetivos operacionais e os projetos e atividades é indicada no quadro do capítulo II - Projetos e Atividades para 2019, que sistematiza os projetos a desenvolver por cada unidade orgânica.

2.3. QUAR - QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2019

REPÚBLICA PORTUGUESA
AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

d·gTerritório

Data: 24/01/2019
Versão: 2

ANO: 2019

Ministério do Ambiente e Transição Energética

Designação do Serviço|Organismo:

Direção-Geral do Território

Missão:

Prosseguir as políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo, bem como a criação e manutenção das bases de dados geográficos de referência.

Objetivos Estratégicos (OE):

	Meta	Grau de
Colaborar na formulação e assegurar o acompanhamento, monitorização e avaliação das políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo, geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica		
Assegurar a execução da política nacional de cadastro		
Assegurar a execução das políticas nacionais de ordenamento do território e de urbanismo, geodesia, cartografia e informação geográfica, incluindo a criação e gestão de infraestruturas de informação geográfica		
Promover a investigação, a disseminação de boas práticas e a produção e difusão de orientações técnicas nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo e da geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica e regular o exercício das atividades de cartografia e cadastro		
Promover a eficiência e eficácia na organização e funcionamento da DGT		

Objetivos Operacionais (OOP)

EFICÁCIA — **PESO: 35%**

OOP1	Elaboração de propostas de legislação e de regulamentação										Peso:	40%
	Indicadores	Realizado 2017	Realizado 2018	Meta 2019	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 1	Número de propostas apresentadas	4	4	2	1	4	100%			0%	Não atingiu	-100%
							100%			Taxa de Realização do OOP1		0%

OOP2	Implementação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território										Peso:	30%
	Indicadores	Realizado 2017	Realizado 2018	Meta 2019	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 2	Data da conclusão do Relatório de Estado do Ordenamento do Território	NA	NA	15/dez	10 dias	01/dez	50%			#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
Ind 3	Data da apresentação da proposta do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem - SM	NA	NA	15/set	10 dias	01/set	50%			#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
							100%			Taxa de Realização do OOP2		#VALOR!

OOP3	Elaboração de cartografia										Peso:	30%
Ind 4	Data de disponibilização da COS 2018	NA	NA	15/dez	10 dias	01/dez	50%			#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
Ind 5	Data da disponibilização dos ortofotomapas 2018	NA	NA	15/dez	10 dias	01/dez	50%			#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
							100%			Taxa de Realização do OOP3		#VALOR!

EFICIÊNCIA — **PESO: 35%**

OOP4	Execução e Gestão de Cadastro										Peso:	25%
	Indicadores	Realizado 2017	Realizado 2018	Meta 2019	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 6	Número de concelhos em regime de CGPR restruturados de acordo com o modelo de dados de carregamento no Sistema de Informação Cadastral	9	5	5	1	6	50%			0%	Não atingiu	-100%
Ind 7	N.º de concelhos com cadastro predial SINERGIC a entrar em vigor em 2019	NA	NA	2	1	3	50%			0%	Não atingiu	-100%
							100%			Taxa de Realização do OOP4		0%

OOP 5	Sistemas de Informação Geográfica e Territorial										Peso:	25%
	Indicadores	Realizado 2017	Realizado 2018	Meta 2019	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 8	Data da entrada em funcionamento do novo portal do Sistema Nacional de Informação Geográfica	NA	NA	15/jun	10 dias	01/jun	50%			#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
Ind 9	Data da entrada em funcinamento do novo portal do Sistema Nacional de Informação Territorial	NA	NA	15/dez	10 dias	30/nov	50%			#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
							100%			Taxa de Realização do OOP 5		#VALOR!

OOP 6	Garantir a operacionalização atempada dos atos a que se refere o n.º 2 do art. 16º da LOE										Peso:	50%
	Indicadores	Realizado 2017	Realizado 2018	Meta 2019	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 10	Data da remessa à SG do resultado do processo da avaliação de desempenho do biénio 2017/18	NA	NA	30/mai	10 dias	15/mai	100%			#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
							100%			Taxa de Realização do OOP 6		0%

QUALIDADE **PESO: 30%**

OOP7	Sensibilização dos cidadãos para as temáticas do ordenamento do território, urbanismo, cidades, paisagem , geodesia cartografia, cadastro e informação geográfica										Peso:	60%
	Indicadores	Realizado 2017	Realizado 2018	Meta 2019	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 11	Número de conferências/workshops/seminários efetuados	12	15	13	1	15	50%			0%	Não atingiu	-100%
Ind 12	Número de páginas do Museu Virtual atualizadas	NA	NA	2	1	4	50%			0%	Não atingiu	-100%
							100%			Taxa de Realização do OOP7		0%

OOP 8	Promover a utilização de horários flexíveis e modalidades de organização do trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal										Peso:	40%
	Indicadores	Realizado 2017	Realizado 2018	Meta 2019	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 13	Taxa de trabalhadores com parecer favorável à solicitação de jornada continua	NA	NA	5%	2%	7%	100%			0%	Não atingiu	-100%
							100%			Taxa de Realização do OOP 8		0%

RELAÇÃO entre OBJETIVOS ESTRATÉGICOS e OBJETIVOS OPERACIONAIS

	OOP1	OOP2	OOP3	OOP4	OOP5	OOP6
Objetivo Estratégico 1	x		x			
Objetivo Estratégico 2	x		x			x
Objetivo Estratégico 3		x		x	x	x
Objetivo Estratégico 4				x	x	x
Objetivo Estratégico 5				x	x	x

OBJETIVOS MAIS RELEVANTES

REGRA: Para este efeito, são considerados objetivos mais relevantes aqueles que, somando os pesos por ordem decrescente de contribuição para a avaliação final, perfaçam uma percentagem superior a 50%, resultante do apuramento de, pelo menos, metade dos objetivos.

OOx; OOx e OOx (total - xx%)

NOTAS EXPLICATIVAS

Documento enviado em anexo

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

(objetivos/indicadores)

Eficácia 35%	Eficiência 35%	Qualidade 30%
#VALOR!	#VALOR!	0%

AVALIAÇÃO FINAL DO SERVIÇO/ORGANISMO

Bom	Satisfatório	Insuficiente

RECURSOS HUMANOS

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	Pontuação Planeada	Pontuação Realizada	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	80		
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16	336		
Técnico Superior - (inclui Especialistas de Informática)	12	936		
Coordenador Técnico - (inclui Chefes de Secção)	9	18		
Assistente Técnico - (inclui Técnicos de Informática)	8	840		
Assistente Operacional	5	55		
Total		2 265		

RECURSOS FINANCEIROS

DESIGNAÇÃO	PLANEADO (€)	EXECUTADO	DESVIO
Orçamento de Funcionamento (OF)	**8 596 583,00 €**		
Despesas c/Pessoal	**6 596 103,00 €**		
Aquisições de Bens e Serviços	**1 233 097,00 €**		
Transferências	**317 251,00 €**		
Outras despesas correntes	**345 832,00 €**		
Despesas de capital	**104 300,00 €**		
Orçamento de Investimento (OI)	**2 294 197,00 €**		
Outros Valores (OV)	**- €**		
Total (OF+OI+OV)	**10 890 780,00 €**		

3. RECURSOS

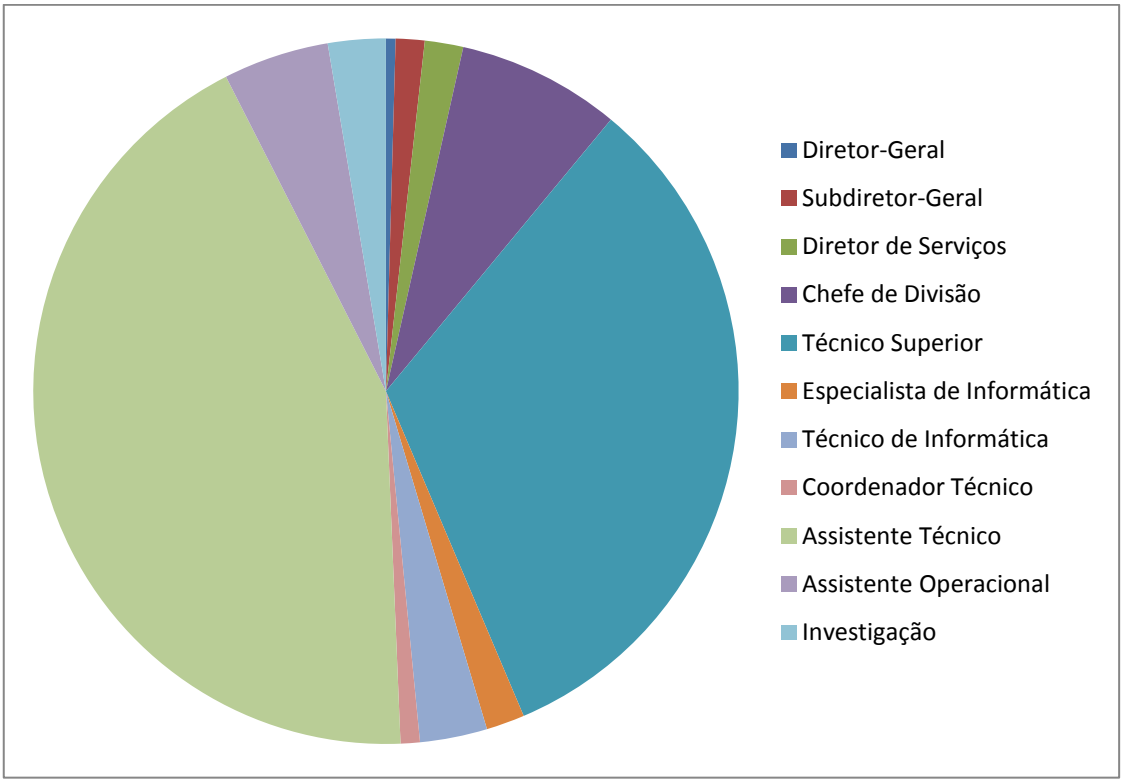
3.1. RECURSOS HUMANOS

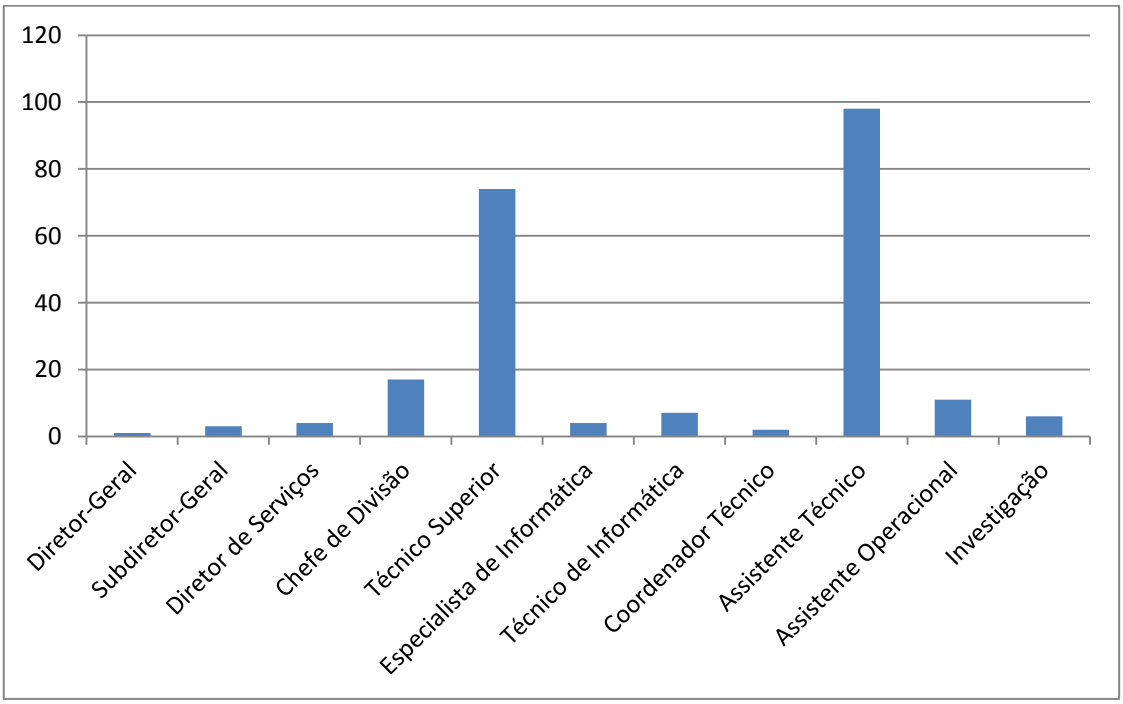
O acervo de pessoal afeto à DGT é composto por 227 trabalhadores aos quais se aplica o regime de vinculação, de carreiras e remunerações dos trabalhadores da Administração Pública, constante da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (na sua versão atual).

No quadro seguinte apresenta-se o Mapa de pessoal da DGT previsto para 2019:

Cargo/Carreira/Categoria	N.º de postos de trabalho
Diretor-Geral	1
Subdiretor-Geral	3
Diretor de Serviços	4
Chefe de Divisão	17
Técnico Superior	74
Especialista de Informática	4
Técnico de Informática	7
Coordenador Técnico	2
Assistente Técnico	98
Assistente Operacional	11
Investigação	6
TOTAL	227

Traduzido no seguinte gráfico:





A DGT é afetada por uma acentuada carência de recursos humanos, em particular de recursos humanos qualificados, o que condiciona a respetiva atuação, sendo passível de comprometer a prossecução das atribuições que lhe estão cometidas.

3.2. RECURSOS FINANCEIROS

No que concerne aos recursos financeiros, a DGT dispõe de receitas provenientes de dotações de receitas gerais (Orçamento do Estado), dispondo ainda de receitas próprias, que arrecada durante o ano económico.

O orçamento da DGT para o ano de 2019 foi elaborado com base no *plafond* atribuído pelo Ministério do Ambiente e da Transição Energética:

Plafond: **€ 6.600.000:**

Orçamento de Funcionamento: € 6.300.000
Orçamento de Investimento: € 300.000

Orçamento da DGT 2019 – dotação inicial do orçamento (sem cativações €)

Orçamento de Funcionamento (OF)	**8.596.583**
Despesas c/Pessoal	6.596.103
Aquisições de Bens e Serviços	1.233.097
Transferências	317.251
Outras despesas correntes	345.83€
Despesas de capital	104.300
Orçamento de Investimento (OI)	**2.294.197**
Total (OF+OI)	**10.890.780**

O quadro infra traduz a evolução dos orçamentos de funcionamento e de investimento nos últimos três anos

€

	Orçamento Funcionamento	Orçamento Investimento	TOTAL
2016	7.353.416	477.086	7.830.502
2017	7.569.294	1.016.710	8.586.004
2018	8.035.424	1.074.224	9.109.648
2019	8.596.583	2.294.197	10.890.780

Orçamento de Investimento

O Orçamento de Investimento engloba Projetos que preveem ações de carácter específico relacionadas com as atribuições da DGT, designadamente nas matérias de ordenamento do território, cadastro e sistemas de informação, conforme se pode constatar pela análise do quadro infra:

	Transf. Orçamento do Estado	Receitas próprias	Transf. FCT	Tranf. Fundo Ambiental	Fundos Comunitários	Total Geral
iFAMA - Platafarma única de inspeção e fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente	0	2.153	0	0	2.847	**5.000**
Caraterização definitiva dos 7 concelhos objeto de execução de cadastro predial	40.000	0	0	0	0	**40.000**
DIPIGEO - Desmaterilização , interoperabilidade e partilha de informação geográfica	235.726	41.792	0	150.000	565.554	**993.072**
Ambiente + - Sistema integrado de Gestão, Interoperabilidade, Racionalização e Optimização de Recursos	0	21.600	0	0	28.500	**50.100**
C4G - Colaboratório para as Geociências	0	0	21.446	0	14.297	**35.743**
COS - Carta de Ocupação do Solo	0	0	0	175.000	0	**175.000**
Carta Nacional de Perigosidade de Incêndio e Modelação de apoio ao planeamento e gestão da floresta e do território	24.274	0	0	0	44.386	**68.660**
Implementação e monitorização do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e Observatório do Ordenamento do Território	0	0	0	250.000	0	**250.000**
Implementação e monitorização das orientações estratégicas da REN	0	0	0	225.000	0	**225.000**
Iniciativa Nacional Cidades Circulares	0	0	0	451.622	0	**451.622**
TOTAL	300.000	65.545	21.446	1.251.622	655.584	**2.294.197**

Relativamente à previsão da despesa orçamentada, salienta-se que a transferência do Orçamento do Estado é afeta exclusivamente a despesas com o pessoal e que o diferencial da despesa global estimada terá de ser financiado por Receitas Próprias.

De entre os projetos de investimento destaca-se a operação de financiamento denominada "DIPIGeo – Desmaterialização, Interoperabilidade e Partilha de Informação Geográfica", resultante da candidatura apresentada no âmbito do Aviso n.º 01/SAMA2020/2015, do Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização (POCI), Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA2020) – regime geral, cuja execução física, financeira e temporal foi estendia até 30 de junho de 2019.

Cumpre referir que a operação de financiamento DIPIGEO foi reenquadrada na tipologia "Capacitação dos Serviços da Administração Pública (FSE)" passando a respeitar as disposições e elegibilidades fixadas regulamentarmente, nomeadamente as previstas na alínea d) do artigo 3º do Regulamento (UE) nº1304/2013, de 17 de dezembro; As regularizações processuais e financeiras associadas exclusivamente ao reenquadramento da operação PI 2.3 - Modernização da Administração Pública (FEDER) (POCI-02-0550-FEDER-012377) para a PI 11.1 - Capacitação dos Serviços da Administração Pública (FSE) (POCI-05-5762-FSE-037977), só ficaram concluídas a 4-12-2018.

4. IGUALDADE DE GÉNERO, CIDADANIA E NÃO DISCRIMINAÇÃO

No âmbito do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro, a DGT concorreu para a elaboração do Plano de Ação Setorial para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014/2017, o qual visava integrar a dimensão de género e da não-discriminação na estrutura interna e na ação externa dos serviços e organismos do Ministério do Ambiente.

Findo o referido Plano, a DGT aguarda as orientações de um novo plano estratégico nacional, sabendo-se para já da centralidade do conceito do mainstreaming de género – a integração da perspetiva de género no desenvolvimento das políticas públicas e nas atividades dos organismos públicos.

Em simultâneo será dada continuidade às ações de manutenção/atualização da página e dos conteúdos disponibilizados na internet quanto à temática "Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação", a qual consubstancia um meio de constante publicitação e sensibilização da temática em todo o organismo.

Continuaremos também a privilegiar os meios de divulgação tradicionais de toda a informação relativa à temática da igualdade de género e combate à discriminação, nomeadamente a afixação de informação nos locais tradicionais de estilo.

A DGT participará ainda nas reuniões dos pontos focais para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação dos serviços do Ministério do Ambiente e da Transição Energética.

5. REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS

A DGT assegura o acompanhamento das atividades de ordenamento do território, do urbanismo, da geodesia, da cartografia, do cadastro e da informação geográfica, no quadro da cooperação institucional, das organizações internacionais, da cooperação para o

desenvolvimento, assegurando concomitantemente a representatividade, quer nacional quer internacional, junto de diversas entidades e organismos nas áreas referidas.

De entre as suas inúmeras atribuições a Direção-Geral deve promover, coordenar, apoiar, realizar, participar e divulgar programas e projetos de investigação científica, bem como o desenvolvimento experimental nacional, comunitário e internacional, nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo e da informação geográfica.

O quadro infra sintetiza as representações em organismos/entidades ou grupos de trabalho a nível internacional:

Organismo / temática	Designação do Grupo de Trabalho / Comissão
Conselho da Europa	CEMAT - Council of Europe Conference of Ministers Responsible for Spatial/Regional Planning.
	Comité Diretor da Cultura Património e Paisagem
	Convenção Europeia da Paisagem
OCDE	Comité das Políticas de Desenvolvimento Regional - 1/3 grupos de trabalho: 1. WPURB - Grupo das Políticas Territoriais em Áreas Urbanas
	Comité das Políticas de Desenvolvimento Regional - 2/3 grupos de trabalho: 2. WPTI - Estatísticas Territoriais; 3-Desenvolvimento Rural
União Europeia	EU Expert Group on Soil
	EIONET National Reference Centre for Land Use and Spatial Planning
	EIONET National Reference Centre for Land Cover
	ESPON 2020 – Comité de Monitorização
	ETGUM - Expert Group on Territorial Cohesion and Urban Matter
	NTCCP - (Network of Territorial Cohesion Contact Points)
	Reuniões de Diretores Gerais dos MEU (Desenvolvimento Urbano)

Organismo / temática	Designação do Grupo de Trabalho / Comissão
	Reuniões de Diretores Gerais dos MEU (Coesão Territorial)
	RFSC - Reference Framework for Sustainable Cities
	UDG - Urban Development Group
	URBACT III - Comité de Monitorização
	URBACT III - Grupo de Ligação
	URBACT III - NUP
	Grupo Informal da Agenda Urbana para a União Europeia
	Expert Working Group on Climate Change and Territorial Development
	CPC-EU - Comité Permanente de Cadastro
INSPIRE	INSPIRE Committee
	INSPIRE National Contact Point
	INSPIRE – Maintenance and Implementation Group – Policy subrgroup (MIG-P)
	INSPIRE – Maintenance and Implementation Group – Technical subgroup (MIG-T)
ONU	HABITAT III (responsabilidades de reporte - resposta à SG - MNE - Missão PT em Nairobi)
	União para o Mediterrâneo sobre o Desenvolvimento Urbano Sustentável
Geodesia	EUREF - European Reference Frame
	IUGG - International Union of Geodesy and Geophysics

Organismo / temática	Designação do Grupo de Trabalho / Comissão
	SPUIAGG - Secção Portuguesa das Uniões Internacionais Astronómica, Geodésica e Geofísica
Cadastro	ICA - International Cartographic Association
	Comité Permanente de Cadastro - CPC Iberoamericano
	WPLA - Working Party on Land Administration
Informação Geográfica	EuroGeographics - European National Mapping and Cadastral Agencies Expert Group Land Use and Spatial Planning - (LSU/ESA) WG1 – Legal and Commercial Issues WG Quality & Standards WG Geodesy Projecto SABE - Seamless Administrative Bounderies of European Projecto EuroGlobalMap Projecto EuroRegionalMap Projecto EuroMapFinder Projecto Pricing & Licensing Projecto EuroSpec
	DIGSA - Directores dos Institutos Geográficos da América do Sul, Espanha e Portugal
	EARSel - European Association of Remote Sensing Laboratories
	GISIG - Geographical Information Systems International Group
	CIL - Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha
	Grupo de peritos de Nomes Geográficos das Nações Unidas
	Conselho Superior Geográfico de Espanha
	Group for Earth Observation (GEO) Plenary Committee
	Group for Earth Observation (GEO) European High Level Policy Group
	Copernicus Committee
	European Space Agency (ESA) Programme Board on Earth Observation (PBEO)

6. PLANO DE FORMAÇÃO

Considerando que o novo regime de formação profissional na Administração Pública, definido no Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, pressupõe a elaboração pelos órgãos e serviços do Plano de Formação, devidamente orçamentado, inserto no ciclo de gestão e fazendo parte do Plano de Atividades, a DGT procedeu à elaboração do respetivo Plano de Formação.

No âmbito deste novo regime, assume especial relevância a formação contínua dos trabalhadores e dirigentes da Administração Pública, permitindo a atualização e a valorização pessoal e profissional dos mesmos ao longo da carreira profissional, em ordem a aplicar os conhecimentos e a transferi-los para o exercício do trabalho, inclusivamente habilitando os formandos ao desempenho de novas atividades profissionais (Cfr. artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2016).

No atual circunstancialismo com que se depara a Administração Pública, a capacidade de adaptação à mudança assume-se, cada vez mais, como uma componente essencial do sucesso das suas instituições, considerando as necessidades dos colaboradores e alinhando-as com os objetivos da organização, em ordem a alcançar níveis adequados de eficácia, qualidade e eficiência.

Neste contexto, a elaboração do plano de formação assentou num pressuposto de maximização de oportunidades formativas e de gestão eficiente dos recursos, tendo sido privilegiadas as ações de formação interna e, de entre estas, as que de forma mais imediata contribuem para a melhoria do desempenho individual e organizacional, balanceadas, sempre que o enquadramento orçamental o permita, por formação ministrada por entidades externas à DGT.

A formação externa será programada ao longo do ano, sendo que serão privilegiadas ações que permitam suprir necessidades coletivas e colmatar necessidades específicas. Neste

particular, a DGT encontra-se a articular com a Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), a viabilidade de ser estabelecido um Protocolo com a referida entidade, passível de enquadrar as mencionadas ações passíveis de suprir necessidades coletivas.

Em ordem a otimizar os recursos disponíveis será equacionada a frequência de ações de formação especializada externa, incidentes nas áreas de atuação da DGT.

De igual modo, será prestada particular atenção às eventuais oportunidades formativas proporcionadas por outras entidades (seminários, congressos, etc.), ou outras de formação especializada que se revele fundamental, bem como o catálogo de oferta formativa da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e da Transição Energética.

Em 2019, e em ordem em desmaterializar o procedimento em causa, a participação nas ações de formação será efetivada mediante o preenchimento por cada trabalhador interessado de um formulário online, dentro do prazo fixado para o efeito.

Ao longo do ano serão efetuadas as alterações e atualizações tidas por adequadas para o cumprimento dos objetivos atinentes à formação profissional dos trabalhadores da DGT.

O Plano de Formação para o ano 2019 consolida o anexo I ao presente Plano de Atividades.

7. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Não estão previstas iniciativas de publicidade institucional organizadas pela DGT.

II. PROJETOS e ATIVIDADES 2019

OE	OP	Cód PA2019	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE1	OOP1.1	P 1	**Quadro legal e regulamentar**	1- Proposta de revisão regime jurídico do cadastro predial 2– Pareceres sobre propostas legislativas e regulamentares	**DRAJ** **DSIC** **DSOT** **DSGCIG**	1- Data de conclusão 2– Nº de pareceres emitidos / Nº de pareceres solicitados	1– 31 mar 3- 100%	
OE 1	OOP1.2	P 2	**Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - PNPOT**	1- Versão final do PNPOT, após aprovação pela AR 2- Fórum Intersectorial constituído e a funcionar 3– Comissão de Acompanhamento constituída e a funcionar 4– Medidas de política em execução programada (temas: informação geográfica, capital natural e cultura territorial)	**DSOT**	1– Data de conclusão 2 a) e 3 a)– Data da proposta de constituição 2 b) e 3 b)- Reuniões realizadas 4- Nº de medidas	1– 1 mês após a aprovação 2 a), 3 a)- 1 mês após a publicação 2 b), 3 b)– 1+1 reunião 4- 3	
OE 1	OOP1.3	P 3	**Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo - OOTU**	1- Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo constituído e a funcionar 2– REOT 2018 – estrutura, indicadores base e dinâmicas territoriais	**DSOT**	1– Data da proposta de constituição 2 a)- Data de apresentação da estrutura 2 b)– Data de apresentação da 1ª versão do relatório	1– 28 fev 2 a)– 31 mar 2 b)- 15 jul	
OE 1	OOP1.4	P 4	**Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 - ECS**	1– Relatório de diagnóstico e avaliação do desenvolvimento urbano sustentável 2- Fórum das Cidades	**DSOT**	1– Data de conclusão 2- Nº de newsletters	1– 1 2- 24	
OE 1	OOP1.4	P 5	**Iniciativa Nacional Cidades Circulares**	1 – Programa de trabalhos aprovado e equipa de gestão e lista de peritos constituídas 2- Concursos Selo Cidade Circular, Redes Cidades Circulares 3- Eventos e conteúdos de comunicação; 4– Programa de trabalhos anual executado (execução material e financeira)	**DSOT**	1– Data de conclusão 2- Nº de concursos 3 a)- Nº de eventos 3 b)- Nº de conteúdos 4- Taxa de execução	1- 31 mar 2- 2 3 a)- 2 3 b)- 2 4- 75%	

OE	OP	Cód PA2019	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE 1	OOP1.4	P 6	**URBACT Nacional**	1– NUP e grupo de ligação nacional dinamizados 2- Conteúdos de comunicação 3- Programa de trabalhos anual executado (execução material e financeira)	**DSOT**	1– Nº de eventos 2– Nº de newsletters 3- Taxa de execução	1- 2 2- 12 3- 75%	
OE 1	OOP1.5	P 7	**Comissão Nacional do Território -CNT**	1- Dinamização e condução dos trabalhos da Comissão Nacional do Território e dos Grupos de Trabalho (GT REN e GT IGT) 2– Pronúncias e deliberações produzidas	**DSOT**	1– Nº de reuniões 2- Nº de pronúncias e deliberações produzidas / Nº de assuntos agendados	1- 6 CNT, 3 GT 2– 75 %	
OE 1	OOP1.5	P 8	**Comissão de Acompanhamento da Arquitetura e Paisagem - CAAP**	1- Dinamização e condução dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento da Arquitetura e Paisagem (CAAP) 2– Relatório de monitorização do Programa de Ação da PNAP 3- Guia metodológico – a paisagem na revisão dos PDM – revisto	**DSOT**	1- Nº de reuniões 2 e 3– Data	1- 2 2– 15 fev 3– 31 mar	
OE 1	OOP1.5	P 9	**Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica – CO SNIG**	1- Dinamização e condução dos trabalhos do Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica e seus grupos de trabalho – CO SNIG / GT IIG-locais 2- Plano de Ação SNIG2020 e INSPIRE.PT 2018 3– Relatório de monitorização INSPIRE 2018 4- Estratégia para participação da Administração Pública Local no SNIG	**DSGCIG**	1- nº de reuniões 2 a 4- Data de conclusão	1- 2 CO SNIG, 2 GT IIG-locais 2- 31 mar 3- 15 mai 4- 15 dez	
OE 1	OOP1.5	P 10	**Conselho Coordenador de Cartografia - CCC**	1- Dinamização e condução dos trabalhos do Conselho Coordenador de Cartografia 2- Dinamização e condução dos trabalhos Geodesia2020	**DSGCIG**	1 e 2- Nº de reuniões	1-1 2- 2	
OE 1	OOP1.5	P 11	**Cooperação em assuntos urbanos e política de cidades**	1- Internacional: Working Party on Urban Policies (OCDE), HABITAT, Nova Agenda Urbana e cooperação macrorregional e bilateral 2- União Europeia: Urban Development Group e Agenda Urbana (AUUE), Diretores-Gerais e Ministros dos Assuntos Urbanos da UE, Comité de Monitorização do URBACT III; 3- Nacional: AUUE, alterações climáticas, economia circular, economia verde, mobilidade urbana, património, habitação, reabilitação urbana, indicadores urbanos, agendas e projetos de investigação e outros	**DSOT**	1- Proporção dos grupos e projetos ativos com participação da DGT 2 e 3- Eventos transnacionais com participação da DGT	1 e 2 - 10 3 - 80% [16/20]	

OE	OP	Cód PA2019	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE 1	OOP1.5	P 12	**Cooperação em coesão territorial, política de coesão e ordenamento do território e paisagem**	1- Internacional: Regional Development Policy Committee (OCDE), UNECE (ONU) e cooperação macrorregional e bilateral, Convenção Europeia da Paisagem 2- União Europeia: National Territorial Cohesion Contact Points, Directores-Gerais da Coesão Territorial, Comité de Monitorização e Ponto de Contacto ESPON, Expert Group on Territorial Cohesion and Urban Matters e projectos de investigação, Negociação FEEI pós-2020 (SGMA), EIONET - National Reference Centre for Land Use and Spatial Planning 3- Nacional: Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP), Comissões de Acompanhamento de Programas Operacionais, Rede Ambiental 2020, Roteiro da Neutralidade Carbónica, projetos de investigação e grupos de trabalho nos domínios das: alterações climáticas, economia circular, economia verde, solos, desertificação, florestas, agricultura e pecuária, indicadores e informação estatística, riscos, urbanismo, conservação da natureza e serviços dos ecossistemas, urbanismo, paisagem.	**DSOT**	1 e 2 - Eventos transnacionais com participação da DGT 3 - Proporção dos grupos e projetos nacionais ativos com participação da DGT	1 e 2 - [16] 3 – 80%	
OE 1	OOP1.5	P 13	**Cooperação em geodesia, cartografia, informação geográfica e cadastro**	1- Comité Permanente de Cadastro da União Europeia 2- INSPIRE KEN (Knowledge Exchange Networks) - Cadastre and Land Registry - CLRKEN 3- Comité Permanente sobre el Catastro en Iberoamerica 4- ICA - International Cartographic Association 5- UN-GGIM - United Nations Initiative on Global Geospatial Information Management 6- EUREF- International Association of *Geodesy* Reference Frame Subcommission for Europe 7– IAG - International Association of *Geodesy* 8- WPLA - Working Party on Land Administration 9- INSPIRE – Ponto Focal Nacional 10– European Environment Information and Observation Network (EIONET) National Reference Center	**DSIC** **DSGCIG**	1 a 10- Nº de Reuniões	1- 1 2- 1 3- 1 4- 0 5– 0 6– 1 7– 1 8- 1 9- 3 10- 1	

OE	OP	Cód PA2019	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE 1	OOP1.5	P 14	**Presidência Portuguesa 2021**	1- Programa de trabalhos e temas definidos, em articulação com a SG MATE e MNE; 2- Participação nos grupos técnicos, reuniões trilaterais e workshops	**DSOT**	1- Data 2- Nº de eventos transnacionais com participação da DGT	1– 31 jul 2- 2	Projeto conjunto com a Secretaria-Geral do MATE
OE 2	OOP2.1	P 15	**Sistema Nacional de Informação Cadastral - SNIC**	1– Programa de ação para a manutenção evolutiva do sistema de informação - carregamento e gestão do cadastro SINERGIC - e respetiva execução 2- Operacionalização do visualizador de dados cadastrais SINERGIC 3 - Configuração dos dados cadastrais SINERGIC para carregamento no sistema de informação 4 – Modelo de articulação interinstitucional DGT/IRN/AT para a atualização do cadastro SINERGIC em vigor e respetiva operacionalização 5 - Programação e desenvolvimento de funcionalidades de interoperabilidade DGT/IRN/AT, através do BUPI 6 – Especificações de reconfiguração e desenvolvimento no SNIC de acordo com os novos Regimes jurídicos do cadastro predial e da informação cadastral simplificada	**DSIC** **DGRI** **DSIGIG**	1 a 4- Data de conclusão	1- 31 jul 2- 31 jan 3 - 30 mar 4 – 30 mar 5 - 31 dez 6- a definir após publicação dos RJ	
OE2	OOP2.2	P 16	**Operações de Cadastro Predial - SINERGIC**	1 – Resolução dos autos de reclamação relativos a prédios caracterizados e expostos na consulta pública e entrada em vigor do cadastro predial de Loulé, Tavira, Paredes, Penafiel e São Brás de Alportel 2– Procedimento de conservação do cadastro predial operacionalizado de acordo com o novo regime jurídico do cadastro predial	**DSIC** **DR**	Data de conclusão - 1 a)-São Brás de Alportel 1 b) - Loulé e Tavira 1 c) - Paredes e Penafiel	1 a) - 31 mar 1 b) 31 jul 1 c) 31 dez 2 - definir após publicação do RJ	
OE2	OOP2.3	P17	**Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica - CGPR**	1 - Modelo de dados e procedimentos de harmonização Sede/DR para integração de dados cadastrais no sistema de informação 2 – Novos concelhos com dados cadastrais em formato vetorial, atualizados, com reorganização administrativa e reestruturados considerando a harmonização de dados Sede/DR 3– Novos concelhos com dados cadastrais vetorizados e atualizados 4- Aplicações de apoio a organização, pesquisa, conversão,	**DSIC** **DR**	1-Data de conclusão 2, 3- Nº de concelhos 4 - N.º de aplicações 5-Periodicidade	1- 30 jun 2, 3- 14 4- 4 5- Trimestral	

OE	OP	Cód PA2019	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
				normalização, edição e validação de dados de CGPR desenvolvidas e/ou implementadas 5 - Tabela de caracterização dos dados cadastrais do CGPR por concelho, atualizada				
OE2	OOP2.3	P 18	**Conservação do CGPR - Processos de Reclamação Administrativa - PRA**	1 - Resolução de PRA e redução de pendências longas 2 – Concelhos CGPR atualizados com os PRA resolvidos com parecer favorável 3 - Fornecimento de dados CGPR certificação de elementos nos prazos estabelecidos 4 - PRA analisados	**1.1 DSIC** **1.2 - DRN** **1.3 - DRC** **1.4 -DRLVT** **1.5 - DRAlent** **1.6 - DRAlg** **2 a 3 - DSIC e DR** **4-DSIC**	1 - N.º de PRA com emissão de parecer técnico e envio para a AT 2-- % de PRA atualizados a 30 set 3 - Tempo médio de resposta 4- N.º de PRA com a análise concluída e registada	1.1 –210 1.2 - 210 1.3 - 450 1.4 - 1100 1.5 - 60 1.6 - 380 2 - 90% dos PRA com emissão de parecer e remetidos à AT até 30 set 3- 10 dias úteis 4 - 420	
OE3	OOP3.1	P 19	**Planeamento e gestão territorial**	1– Pareceres emitidos a IGT 2– Processos analisados ou instruídos por solicitação da tutela, da IGAMAOT e do Ministério Público 3- Guia das SRUP parcialmente atualizado	**DRAJ** **DSOT**	1- Nº de pareceres em tempo / Nº de solicitações 2– Nº de processos concluídos ou pendentes de elementos / Nº de solicitações 3- Data de conclusão	1 - > 90% 2 - 90%, até 1 de nov 3- 15 dez, 50%	

OE	OP	Cód PA2019	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE3	OOP 3.2	P 20	**Cartografia Topográfica Vetorial**	1-Temas 1:200 000 Hidrografia e Transportes atualizados 2- Temas 1:200 000 Hidrografia e Transportes adaptados aos modelos de dados INSPIRE 3- Base de dados de cartografia 1:200 000 4- EuroRegionalMap atualizado	**DSGCIG**	1 a 4- Data de conclusão	1– 31 out 2- 30 nov 3– 15 dez 4– Data a definir pela EuroGeographics	
OE3	OOP 3.2	P 21	**Homologação de cartografia**	1- Processos de homologação concluídos no prazo 2- Procedimento de homologação revisto e otimizado 3- Base de dados de e sistema de gestão, monitorização e reporte dos procedimentos de homologação	**DSGCIG**	1-Tempo de procedimento 2 e 3-Data de conclusão	1-100% em < 90 dias úteis; 50 % em < 70 dias úteis 2 – 31 mar 3- 15 out	
OE3	OOP 3.2	P 22	**Base de Dados Nacional de Cartografia - BDNC**	1 – Requisitos técnicos da base de dados 2- Caso de estudo para integração de cartografia produzida a nível municipal e já existente 3 – Requisitos técnicos e modelo de organização institucional para a produção de um Modelo Digital de Terreno com tecnologia LiDAR	**DSGCIG**	1 a 3 – Data de conclusão	1 – 15 out 2 – 15 dez 3 - 15 nov	
OE3	OOP 3.2	P 23	**Cartografia de Ocupação do Solo - COS**	1– COS2018 2- Nomenclatura revista e validada em articulação com entidades produtoras de cartografia temática relacionada 3- Relatório de dinâmicas 1995-2007-2010-2015-2018 4- Programa de desenvolvimento experimental para otimização da atualização da COS através metodologias da AEA e da exploração de imagens de satélite do programa Copernicus	**DSGCIG INV**	1- Data de conclusão	1, 3 e 4– 15 dez 2– 31 jul 3-	
OE 5	OOP 3.2	P 24	**Orientações estratégicas da Reserva Ecológica Nacional - OENR**	1– Metodologia de cálculo do fator LS da Equação Universal de Perda de Solo 2– Cartografia de áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo 3– Eventos e ações de formação sobre a delimitação das áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo realizadas 4– Relatório de monitorização das novas REN publicadas	**DSOT INV**	1– Artigo publicado 2– Nº concelhos 3– Nº de eventos e ações de formação 4- Data de conclusão	1- 1 2– 20 3- 5 4- 30 nov	

OE	OP	Cód PA2019	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE3	OOP 3.2	P 25	**Ortofotos**	1- Ortofotos 2018 2- Metodologia de produção de ortofotos em articulação com entidades parceiras	**DSGCIG**	1 e 2 - Data de conclusão	1- 15 dez 2– 15 mai	
OE3	OOP 3.2	P 26	**Fotografia Aérea Histórica**	1- Filmes digitalizados, georreferenciados e com metadados 2 – Metadados dos filmes na WebFototeca	**DSGCIG**	1– Nº de filmes 2- Data de conclusão	1– 150 2– 31 mar	
OE3	OOP 3.3	P 27	**Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP**	1- CAOP 2018 publicada 2- EuroBoundaryMap atualizado 3- Reporte de dados ao INE e à DGAL 4- CAOP com modelo de dados INSPIRE e em formato open source 5- Página da CAOP atualizada com secção P&R	**DSGCIG**	1 a 5-Data de conclusão	1-1 jan 2 e 3- 30 dias após solicitação 4- 15 dez 5- 30 abril	
OE3	OOP 3.4	P 28	**Rede Nacional de Estações Permanentes GNSS - ReNEP**	1- ReNEP operacional 2- Estações Permanentes com capacidade de receção do sinal Galileo 3- Repositório dos ficheiros RINEX das Estações Permanentes online 4- Estudo de avaliação do impacto da adoção de uma nova realização do ETRS89 em Portugal Continental	**DSGCIG**	1- Nº máximo de dias com todas as estações inoperacionais 2- Nº de estações atualizadas 3– Periodicidade de disponibilização 4- Data de conclusão	1- 20 2- 6 3- mensal 4- 30 nov	
OE3	OOP 3.4	P 29	**Referenciais Altimétricos Nacionais**	1- Modelo do Geóide-PT08 online 2-Marcas de nivelamento localizadas junto dos marégrafos niveladas através de nivelamento geométrico de alta precisão 3- Maregramas online 4- Marcas de nivelamento verificadas e coordenadas com GNSS 5- Observações gravimétricas absolutas 6- Estudo para a uniformização dos Data altimétricos de Portugal e Espanha	**DSGCIG**	1 a 3- Data de conclusão 4- Nº de marcas 5– Nº de estações 6- Data de conclusão	1- 15 jun 2- 31 out 3- 15 dez 4- 100 5- 2 6- 15 dez	
OE 3	OOP3.5	P 30	**Sistema Nacional de Informação Territorial - SNIT**	1- SNIT operacional em continuidade e qualidade 2 – Novo Portal do SNIT - atualização tecnológica, customização, desenvolvimento aplicacional e manutenção evolutiva 3 - Novos serviços geográficos de SRUP e ARU/ORU 4 – Novas funcionalidades do SNIT de análise espacial 5 – CRUS atualizada 6 - Protocolo de colaboração para disponibilização de informação no	**DSOT**	1- Taxa de atualização (IGT e REN) 2– Data de conclusão 3- % de serviços criados 4– Data de produção 5 - % PDM revistos em 2016-2018 6 - Nº de protocolos	1- > 80% das submetidas até 1 dez 2– 30 nov 3- 90% das submetidas até 1 dez 4- 31 mar 5- > 75%	

OE	OP	Cód PA2019	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
				SNIT 7 – Eventos de divulgação do novo Portal		em 2019 7 - Nº eventos	6- 4 7- 2	
OE **3**	OOP3.5	P 31	**Sistema Nacional de Informação Geográfica - SNIG**	1– Geoportal SNIG - Registo Nacional de Dados Geográficos - renovado 2– Modelo de articulação do SNIG e o Sistema Científico e Tecnológico Nacional 3– SNIG articulado com as plataformas de modernização administrativa da AMA 4– ENIIG 2019 – 4ª Encontro Nacional de Infraestruturas de Informação Geográfica 5– Ações de formação SNIG/INSPIRE para a AP local	**DSGCIG**	1 a 4– Data de conclusão 5– Nº de ações	1– 30 mar 2- 30 nov 3– 15 out 4- 20 dez 5- 5	
OE3	OOP3.5	P 32	**Plataforma de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial - SA IGT**	1– SA IGT operacional em continuidade e com qualidade 2– Resposta às questões dos utilizadores (tecnológicas e jurídicas) 3- Monitorização das novas funcionalidades e implementação de correções adaptativas 4– Ações de formação sobre operações de backoffice a entidades externas 5- Divulgação das novas funcionalidades da plataforma e formação dos utilizadores	**DSOT**	1 - Continuidade de gestão do *backoffice* 2 - Tempo máximo de resposta 3 - % de correções de problemas identificados executadas em < 5 dias úteis 4 – nº de ações 5- nº de ações de formação e de divulgação	1 - Todos os dias úteis 2 - <= 2 dias úteis 3 - 90% 4 - 3 5 - 5	
OE 3	OOP 3.5	P 33	**Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial - PCGT**	1– PCGT operacional em continuidade 2- Monitorização de funcionalidades e execução de correções adaptativas 3- Apoio e gestão de utilizadores 4- Relatório de monitorização do funcionamento	**DSOT**	1- Continuidade de gestão do *backoffice* 2- % de correções de problemas identificados executadas em < 5 dias úteis 3- Tempo máximo de resposta 4- Data de conclusão	1 - Todos os dias úteis 2 - 90% 3 - <= 2 dias úteis 4 - 15 dez	
OE3	OOP3.5	P 34	**Plataforma de Registo de Áreas de Génese Ilegal - SI-AUGI**	1– Relatório de monitorização das AUGI registadas	**DSOT**	1- Data de conclusão	1- 30 jun	
OE3	OOP3.7	P 35	**Framework Partnership Agreement on Copernicus User Uptake - FPCUP**	1- Ações de promoção da utilização dos produtos Copernicus na AP	**DSGCIG INV**	1– Nº de ações	4	Candidatura aguarda aprovação

OE	OP	Cód PA2019	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE3	OOP3.7	P 36	Produtos cartográficos de ocupação do solo do programa Copernicus	1- Relatórios de validação dos Temas de Grande Resolução e dos mapas da componente local do programa Copernicus	DSGCIG	1- Data de Conclusão	30 abr	
OE 3	OOP3.7	P 37	Infraestrutura Portuguesa para dados Sentinel - IPSentinel	1- Mosaicos de Portugal Continental Sentinel 2 2– Modelo de governança definido e estabelecido	DSGCIG	1– Nº de produtos 2- Data de Conclusão	1- 4 2- 31 out	
OE4	OOP4.1	P 38	Sistemas de sensorização, de informação e de comunicações de emergência e sua integração nos processos de decisão - foRESTER	1– Especificações técnicas dos mapas de ocupação do solo para modelos de propagação de incêndios 2– Revisão do estado da arte para exploração de séries multitemporais de imagens de satélites 3- Proposta metodológica para produção dos mapas de ocupação do solo modelos de propagação de incêndios	DSGCIG INV	1 a 3- Data de conclusão	1– 15 set 2 e 3– 15 dez	
OE4	OOP4.1	P 39	Sistema de Reconhecimento Terrestre do IPSentinel - IPSTERS	1– Reuniões do grupo de trabalho de entidades da Administração Pública de acompanhamento do projeto 2- Especificações técnicas dos produtos de valor acrescentado a incluir no IPSentinel 3– Protótipo de produto cartográfico de valor acrescentado a disponibilizar no IPSentinel	DSGCIG INV	1– Nº de reuniões 2 e 3- Data de conclusão	1– 2 2– 15 out 3– 15 dez	
OE4	OOP4.1	P 40	Sistema de Análise Espacial em Geomorfologia Litoral - Fase I: Nut II de Lisboa - SAGLIT	1- Identificação e cartografia de formas litorais elementares	INV	1 - Data de conclusão	1- 15 dez	
OE4	OOP4.1	P 41	Riscos HidroGeomorfológicos em Portugal: forçadores e aplicações ao Ordenamento do Território – FORLAND	1- Workshop de apresentação do projeto às entidades oficiais 2- Divulgação de resultados do projeto - elaboração de uma comunicação/artigo.	INV	1- Data de realização 2- Data de publicação	1– 11 mar 2- 15 dez	Duração até 31 mai 2019
OE4	OOP4.1	P 42	Informação Geográfica Voluntária e infraestruturas de informação geográfica - VGI-IIG	1– Estudo sobre Metadados para Informação Geográfica Voluntária 2– Proposta de caso de estudo para o SNIG no domínio do ambiente 3– Artigo científico sobre VGI em Infraestruturas de Informação Geográfica 4- Relatório de revisão de experiências existentes e identificação de boas práticas e recomendações	INV	1, 2 e 4- Data de conclusão 3- Data de submissão	1– 31 mar 2– 30 jun 3– 15 dez 4- 15 dez	

OE	OP	Cód PA2019	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE4	OOP4.1	P 43	Fogo na Interface Rural-Urbano: caracterização, cartografia de risco e rede de gestão de combustíveis - RURINTFIRE	1– Carta de Uso e Ocupação do Solo para 1990 (COS90) melhorada e consistente com a série temporal 1995-2007-2010-2015 2– Estudo de alterações da ocupação/uso do solo na interface urbano-rural entre 1990 e 2010 3- Análise prospetiva das alterações da ocupação/uso do solo na interface urbano-rural em 2020	INV	1 a 3- Data de conclusão	1 e 2– 28 Fev 3– 30 Abr	Duração até 30 abril 2019
OE4	OOP4.1	P 44	Modelo Sustentável de Ordenamento do Território para a prevenção dos incêndios rurais - SCAPEFIRE	1 – Proposta de adaptação da Carta de Ocupação de Solo (COS) para alimentação do modelo e atualização da COS para as áreas de estudo do projeto	INV	1 - Data de conclusão	1- 15 Dez	
OE4	OOP4.1	P 45	Dinâmicas de Artificialização do Solo	1- Relatório sobre as dinâmicas de artificialização do solo no período 1990-2015, através da análise de informação sobre a ocupação do solo extraída da COS (análise desagregada por município)	INV	1-Data de conclusão	1- 15 Dez	
OE4	OOP4.1	P 46	Dados Abertos	1-Relatório sobre reutilização de informação no sector público e licenciamento de informação geográfica	INV	1- Data de conclusão	1- 15 dez	
OE4	OOP4.1	P 47	Strengthening Portuguese research and innovation capacities in the field of excess reactive nitrogen – NitroPortugal	1- Divulgação de resultados do projeto, elaboração de uma comunicação/artigo	INV	1 - Data da publicação	1- 15 dez	
OE4	OOP4.1	P 48	Cross Harmonization & Exploitation of Nature DataSets - CROSS-NATURE	1 - Harmonização INSPIRE dos Conjuntos de Dados Geográficos reportados, pelo ICNF, no âmbito das Diretivas Aves e Habitats. 2 - Guia metodológico para harmonização INSPIRE do tema III.19 - Distribuição das espécies. 3 - Criação e manutenção do EndPoint DGT do projeto, utilizando Linked Open Data (LOD).	INV DSGCIG	1 a 3- Data de conclusão	1- 31 mar 2- 30 abr 3- 15 dez	
OE4	OOP4.1	P 49	Cross Harmonization & HPC modelization of Forest Datasets: CROSS-FOREST	1 – Definição de especificações e requisitos de utilizador do piloto/cenário de modelação de fogos florestais 2 – Recolha de dados, avaliação da qualidade dos dados, definição de ontologias e vocabulários 3 – Exploração de EndPoints, dados e modelos (1ª alteração)	INV DSGCIG	1 a 3- Data de conclusão	1- 30 mai 2- 30 nov 3- 15 dez	
OE 4	OOP4.2	P 50	Prémio Nacional da Paisagem	1- Evento de atribuição do Prémio Nacional	DSOT	1- Data de realização	1 e 2- <20 jan	

OE	OP	Cód PA2019	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
				2– Ações de promoção da participação nacional no Prémio Europeu				
OE4	OOP4.2	P 51	**Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra nos concelhos de Monchique e Silves**	1- Estratégia, desenho e normas de gestão da paisagem 2- Quadro de Ação e Financiamento 3- Modelo de implementação e avaliação 4- Evento de apresentação da proposta de programa	**DSOT**	1, 2 e 3 - Data de conclusão 4 - Data de realização	1 e 2– 31 mar 3- 30 abril 4-15 maio	
OE4	OOP4.2	P 52	**Carta Nacional de Perigosidade de Incêndio e Modelação de apoio ao planeamento e gestão da floresta e do território**	1– Metodologia para tipificação das diferentes estruturas urbanas e edificadas 2- Metodologia para a produção da cartografia de macro-vulnerabilidade de incêndio urbano-florestal 3- Carta de macro-vulnerabilidades de incêndio urbano-florestal em Portugal Continental 4- Ensaio à escala municipal da metodologia adotada na produção da cartografia de macro-vulnerabilidade	**INV DSOT**	1 a 3- Data de conclusão	1 e 2- 31 março 3- 1 ago 4– 1 Set	
OE4	OOP4.3	P 53	**Normas e Regulamentos técnicos**	1 - Especificações técnicas de produção de cartografia e ortofotocartografia 2 - Normas de homologação da cartografia 3 - Especificações, modelo de dados e simbologia a utilizar nas peças gráficas dos IGT	**DSGCIG DSOT DRAJ**	1 a 3- Data de conclusão	1- 31 jul 2- 30 mar 3- 30 mar	
OE	OOP4.4	P 54	**Regulação da Atividade de Cadastro Predial**	1 - Autorização para exercício de atividades no domínio de cadastro predial 2 – Entrada em funcionamento do sistema de registo e credenciação de técnicos de cadastro predial 3 - Análise dos pedidos de inscrição na lista	**DSIC**	1 e 3- Tempo médio para apreciação 2– Data de entrada em funcionamento do sistema de registo	1 e 3– 2 a 5 dias 2– 15 dias após Portaria	
OE4	OOP4.4	P 55	**Regulação da Atividade de Cartografia**	1 - Registo de entidades coletivas e singulares produtoras de cartografia de base	**DSGCIG**	1 - Tempo médio de tramitação	1 - 2 a 5 dias	
OE5	OOP5.1	P 56	**Manuais de procedimento**	1- Manual de procedimentos internos a observar no atendimento (presencial e eletrónico) e no fornecimento de informação cadastral 2- Norma interna para circuitos e procedimentos a observar na venda	**DSIC DSPRI DGRI**	1 a 3- Data de conclusão	1 a 3- 15 dez	

OE	OP	Cód PA2019	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
				e na cobrança de receita 3- Norma interna para Gestão do Risco associado à gestão das aplicações web, da informação interna e dos acessos				
OE5	OOP5.1	P 57	**Informação de gestão**	1- Monitorização dos tempos de procedimento por tipologia de processo (homologação, PRA, cedência de informação) 2– Monitorização da receita por tipologias 3 - Monitorização da execução da candidatura DIPIGEO 4 - Monitorização do Plano de Corrupção e Infrações Conexas	**DSPRI**	1 e 2 -Fichas de monitorização 3 e 4 -Relatórios	1 e 2- mensais 3 -12 4- 1	
OE5	OOP5.2	P 58	**Portal da DGT**	1 - Novo portal institucional 2 - Conteúdos do portal e da intranet atualizados	**DGRI** **Todas as UO**	1 e 2 - Data de conclusão	1-31 dez 2- 15 dez	
OE5	OOP5.2	P 59	**Gestão Documental**	1 - Interoperabilidade SG MATE / DGT operacionalizada 2 – Gestor documental atualizado e complementado com o módulo de assinatura 3-Novos fluxos desmaterializados	**DGRI** **DSPRI**	1 a 3-Data de conclusão	1 a 3- 31 dez	
OE5	OOP5.3	P 60	**Infraestrutura física e tecnológica e suportes e aplicacionais**	1- Modernização da infraestrutura tecnológica (Sede + DR) 2-Modernização dos suportes tecnológicos e aplicacionais 3- Cadastro de inventário de bens imóveis do Estado - DGT 4- Certificação energética do edifício da DGT	**DGRI** **DSPRI**	1 a 4 - Data de realização das ações programadas no DIPIGEO	1 a 4 - Calendário estabelecido na programação DIPIGEO	
OE5	OOP5.4	P 61	**Museu Virtual**	1 - Conteúdos do Museu Virtual	**DSPRI**	1 - Nº. de paginas novas	4	
OE5	OOP5.3	P 62	**Comunicação e Eventos**	1-NewsLetter digital de divulgação das atividades da DGT 2- Eventos	**DSPRI**	1 - Periodicidade 2 - Nº eventos organizados	1 - Trimestral 2-10	
OE5	OOP5.5	P 63	**Capacitação dos recursos humanos**	1 - Execução do Plano de Formação	**DSPRI** **Todas as UO**	1 - N.º de ações de formação realizadas/Nº de ações de formação previstas)*100	70%	

ANEXO I. PLANO DE FORMAÇÃO

Unidade orgânica proponente	Área da formação	Ação de formação proposta	Formadores propostos	Conteúdo da formação	Destinatários (por carreiras/trabalhador)	Carga horária prevista
DRLVT	Cadastro	Conservação de Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica	Joaquim Costa	Atualização de conhecimentos sobre a Conservação de Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica no âmbito da resolução de Processos de Reclamação Administrativa	Técnicos de campo e de gabinete da DRLVT	12 horas
DRC	SIG	QGIS - Consulta e visualização do CGPR	Luis Antunes	Formação com nível principiante para consulta e visualização do CGPR;	Técnicos de campo e de gabinete da DRC	14 horas

Unidade orgânica proponente	Área da formação	Ação de formação proposta	Formadores propostos	Conteúdo da formação	Destinatários (por carreiras/trabalhador)	Carga horária prevista
	SIG	QGIS - Conservação do CGPR	Luis Antunes	Formação com nível intermédio de adequada para proceder à atualização da informação cadastral	Técnicos de campo e de gabinete da DRC	14 horas
	Gestão Documental	EDOC- Gestão documental	a designar	Formação adaptada às necessidades organizacionais da DRC (criação de processos no EDOC, configuração e tipificação; tramitação, relatórios)	Todos os utilizadores da DRC	21 horas
	Venda de produtos	Reengenharia de processos no disponibilização da informação cadastral	Manuel Nora	Tendo em consideração a nova abordagem execução e disponibilização de produtos da informação cadastral (cedência de Secções Cadastrais em digital; emissão de coordenadas de estremas; etc), irá realizar-se formação para os funcionários envolvidos nestas tarefas.	Trabalhadores com funções de atendimento	7 horas

Unidade orgânica proponente	Área da formação	Ação de formação proposta	Formadores propostos	Conteúdo da formação	Destinatários (por carreiras/trabalhador)	Carga horária prevista
DGRI	Informática	Introdução Excel	António Manuel / Rui Cavaco	Introdução à aplicação Microsoft Excel e suas principais funcionalidades	Todas	11 horas
		Base de Dados em Access	Rui Cavaco / António Manuel	Modelo Relacional, Linguagem Sql e sua aplicação prática na aplicação Microsoft Access	Todas	11 horas
		Edoclink – Utilização da aplicação	Patrícia Alves	Introdução à aplicação Edoclink suas funcionalidades e potencialidades	Utilizadores Edoclink	7 horas
DSIC	Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica	Vectorização da Estrutura Predial do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica (CGPR)	Fernando Glória, Alexandre Palma e Manuel Valério	Procedimentos e controlo da qualidade da vectorização da Estrutura Predial do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica (CGPR), usando diferentes aplicações.	Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores da DSIC e das DR, envolvidos na vectorização de CGPR	14 horas
	CGPR	Utilização da aplicação para registo de pedidos no contexto de atendimento ao público	Paulo Torrinha	Utilização correta das funcionalidades disponíveis na aplicação.	AT e TS da DSIC que estejam afetados à atividade de atendimento de público e também na satisfação de pedidos de informação/execução de dados cadastrais. (inscrição obrigató-	12 horas

Unidade orgânica proponente	Área da formação	Ação de formação proposta	Formadores propostos	Conteúdo da formação	Destinatários (por carreiras/trabalhador)	Carga horária prevista
					ria)	
	CGPR	Tratamento de dados cadastrais gráficos de Processos de Reclamação Administrativa (PRA)	Manuel Valério	Sensibilização e reforço para a utilização correta e imprescindível das ferramentas aplicacionais desenvolvidas para os dados de CGPR e para os trabalhos a executar no âmbito dos PRA	Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores da DSIC e das DR, envolvidos na vectorização de CGPR	21 horas
DSGCIG	Sistemas de Informação geográfica	Introdução ao QGIS	André Serronha	Exploração do software SIG Desktop QGIS nas seguintes vertentes: • O ambiente de trabalho QGIS: ambiente gráfico e principais funções; • Visualização de layers (camadas); • Tabela de atributos; • Simbologia; • Layouts; • Edição de dados; • Utilização de módulos (plugins); • Georreferenciação de imagens.	Técnicos superiores /Assistentes Técnicos	21 horas

Unidade orgânica proponente	Área da formação	Ação de formação proposta	Formadores propostos	Conteúdo da formação	Destinatários (por carreiras/trabalhador)	Carga horária prevista
DSGCIG	Deteção Remota	Fundamentos de deteção remota	Mário Caetano e Hugo Costa	Sistema de deteção remota Radiação electromagnética Interação da radiação electromagnética com a atmosfera e a superfície terrestre Tipo de informação captada por sensores de satélites de observação da Terra As quatro resoluções Os principais satélites e sensores de observação da Terra	Técnicos superiores /Assistentes Técnicos	7 horas
	Deteção Remota	Curso de iniciação ao processamento digital de imagens de satélite para produção de cartografia	Mário Caetano e Hugo Costa	Deteção remota temática e quantitativa Transformação de bandas Unidade espacial de análise Os principais tipos de classificação de imagens Processamento pós-classificação Avaliação da exatidão temática	Técnicos superiores /Assistentes Técnicos	14 horas